



AS RAÍZES DO PODER

Osmar José de Barros Ribeiro

Neste artigo, o autor defende que as "raízes do poder", em nossos dias, estão na capacitação científica e tecnológica das sociedades e nações.

Em função disso, examina a realidade brasileira, em face de sua evolução histórica, das características do território e instituições nacionais, e dos fatores externos que a condicionam.

INTRODUÇÃO

Todo e qualquer Estado busca, ao longo do tempo, como meta dos sucessivos governos, crescer, desenvolver-se, tornar-se rico e forte, já que a riqueza é necessária à obtenção do poder e este, por seu turno, indispensável à proteção daquela, ou mesmo, em certos casos, à sua conquista.

Por outro lado, a busca da riqueza e do poder foram, e continuam sendo, as molas do progresso alcançado pelas nações, desde os tempos mais remotos.

A esse respeito, em seu livro "Ascensão e Queda das Grandes Potências", Paul Kennedy assinala, quanto à segunda metade do século XIX: "...alguns dos conflitos mais importantes dessa época — a Guerra da Cri-

méia até certo ponto, e mais especialmente a Guerra Civil Americana e a Guerra Franco-Prussiana — estavam impondo a derrota às sociedades que não tinham modernizado seus sistemas militares, e às quais faltava a infra-estrutura industrial de ampla base para sustentar os enormes exércitos e as armas mais caras e complicadas que estavam agora transformando a natureza da guerra".

Como a afirmar a veracidade dessa assertiva, assinale-se que a mesma, *mutatis-mutandi*, foi cabalmente demonstrada na recente Guerra do Golfo Pérsico, na qual um país do Terceiro Mundo, o Iraque, foi virtualmente esmagado, sem reação digna de nota, pelo poderio e pela riqueza do adversário. Esse poderio e essa riqueza propiciaram o deslocamento de enormes efetivos em prazo muito

curto, a transferência de volumosa cópia de material bélico e, mais que tudo, a possibilidade do emprego de armas e outros artefatos de alto requinte tecnológico e, por razões óbvias, de elevadíssimo preço.

Nos dias que correm, marcados por acentuadas e profundas transformações políticas, econômicas e sociais, há que se atentar para a ainda não mensurada influência exercida pela Ciência e Tecnologia nos destinos das nações. Hoje, na verdade, a riqueza e o poder estão com aqueles Estados capazes de dominar os diferentes ramos da Ciência e de desenvolver a consequente Tecnologia. Por mais melancólica e desanimadora que possa parecer a assertiva, não deve haver qualquer dúvida quanto ao fato de a humanidade caminhar aceleradamente para um futuro no qual, a exemplo do passado, haverá uns quantos Estados líderes, ditando as normas a serem, de uma ou outra forma, seguidas pelos demais, pela simples razão de disporem da riqueza e da força proporcionadas pelo amplo domínio da Ciência e da Tecnologia.

Algumas idéias, talvez nem as mais novas nem as melhores, são expostas ao longo deste trabalho. Se, de alguma forma, contribuírem para a solução ou o encaminhamento de um problema a ser resolvido no mais curto prazo, terá cumprido sua finalidade. Temos todos, povo e governantes, sem tergiversação, que estar cientes de que o poder é a viga-mestra que sustenta o arcabouço do Estado, seja ele ditatorial ou democrático.

GENERALIDADES SOBRE O PODER

As origens do poder confundem-se com as origens do homem. De fato, ao longo dos milênios, desde as mais remotas civilizações conhecidas, os grupos humanos buscaram impor sua vontade e seu poder aos demais. Assim, desde o princípio, à medida em que as civilizações se sucediam, o mundo assistiu ao surgimento de vencidos e vencedores, de escravos e senhores, de dominados e dominadores, de colonizados e colonizadores. Essa dicotomia, nos dias que correm, bem poderia ser estabelecida entre subdesenvolvidos e desenvolvidos, entre aqueles que detêm a capacidade de pesquisar e desenvolver novas técnicas, novos materiais, e a grande maioria de meros consumidores de progresso tecnológico, quando muito.

De qualquer sorte, constata-se ser o “poder” um conceito fundamental nas relações sociais pois, em torno dele, gravitam tanto os interesses, quanto as ações humanas. Se o senso comum dá ao poder uma conotação de força, de capacidade, de possibilidade e de influência, o mesmo poderá ser constatado nos conceitos que se seguem, da autoria de grandes estudiosos, nos quais será verificado o relacionamento do poder com tal entendimento, e mais, de ser o poder decorrente do exercício da vontade, tanto para dominar, para impor, quanto para influenciar comportamentos, crenças e convicções:

- “Poder é a produção de efeitos

desejados" (Bertrand Russel);

- "Poder é a possibilidade de alguém impor sua vontade sobre o comportamento de outras pessoas" (Max Weber);

- "Poder é a capacidade de tomar e pôr em prática decisões, mesmo com a resistência de outros" (Wright Mills);

- "Poder é o homem ou, antes, a minoria que decide em nome da coletividade ou que toma decisões de molde a influir sobre a coletividade" (Raymond Aron);

- "Poder é a força de que se dispõe, com o auxílio da qual se pode obrigar outrem a ouvir ou a obedecer" (Jacques Maritain).

Quanto à utilização do poder, nada melhor que as palavras do General Meira Mattos, em seu livro "A Geopolítica e as Projeções do Poder" (Biblioteca do Exército Editora — Rio de Janeiro — 1977):

"Impõe-se que o uso do poder esteja constantemente sujeito a critérios morais. Mas, esperar que o Mundo possa existir sem coerção e criticar o homem que aspira ao poder, será querer fugir à realidade para entrar no mundo das fantasias. O homem cria a sociedade mediante a colaboração, a adaptação e o conflito; essas são as partes essenciais e integrais da vida social."

Ao anteriormente afirmado, deve ser acrescentado que a vontade é imprescindível elemento do poder. Sem ela, ele não existe. Mas há que se levar em conta a capacidade de dar seguimentos à vontade, de torná-la real e efetiva. Assim, a vontade e a ca-

pacidade de instrumentá-la dão, nos dias de hoje, a medida do poder, tanto individual quanto socialmente.

O PODER NACIONAL E SUAS EXPRESSÕES

O conhecido dicionário de Aurélio Buarque de Holanda registra 27 significados e 23 manifestações distintas de "poder". Trata-se, no caso deste trabalho, de um mero exercício de dilettantismo, posto não haver, obviamente, necessidade de examiná-los a todos, para chegar-se ao entendimento do que aqui é proposto. O que importa salientar é que são em número de três as acepções a serem desenvolvidas.

A primeira acepção diz respeito à capacidade natural de agir; a segunda, é a faculdade legal ou moral, ou ainda o direito de fazer ou deixar de fazer uma determinada coisa; a terceira acepção designa concretamente a autoridade, nela entendida o conjunto de órgãos voltados para o exercício do poder.

Linhas acima, concluiu-se que a vontade é imprescindível ao poder e que, sem ela, ele inexiste. Porém não basta a vontade para alcançar-se um determinado intento. É necessário que a ela sejam adicionadas a capacidade e a possibilidade de torná-lo real.

Quando abandonando o indivíduo, pensa-se no grupo, na coletividade, dá-se a concentração da vontade coletiva na da elite dirigente a qual, possuidora de autoridade para tanto, potencializa a vontade coletiva para,

desta forma, buscar dar consecução às aspirações do grupo.

Em termos de Nação, o poder vem a ser a síntese de vontades que, utilizando os meios disponíveis, buscam assegurar-lhe a sobrevivência e o desenvolvimento. Quando a Nação organiza-se em Estado, "escolhe uma forma de aglutinar e expressar seu poder nacional — eis por que o Estado é a Nação politicamente organizada" (Escola Superior de Guerra — ESG, Manual Básico, 1989).

Ainda no Manual Básico da ESG encontra-se a conceituação de poder nacional, entendido como sendo:

"...o conjunto dos meios de toda ordem de que dispõe a Nação, acionados pela vontade nacional, para conquistar e manter, interna e externamente, os objetivos nacionais."

Desse conceito, é lícito considerar que o poder não é um fim em si mesmo e, sim, instrumento do qual dispõe a Nação, por intermédio dos seus representantes legítimos, para produzir efeitos no ambiente social, de forma a conquistar e manter os seus objetivos, tanto interna quanto externamente.

Outrossim, nunca é demais assinalar que, embora o poder seja uno e indivisível, manifesta-se de determinada maneira em cada uma das áreas de atividade humana. Aqui vale ressaltar, conforme faz o próprio Manual Básico da ESG, as seguintes palavras de Bertrand Russel: "Tentar isolar qualquer uma das formas de poder — e, de modo especial a forma econômica — tem sido, e ainda o é, uma fonte de erros de grande im-

portância prática." O que se admite, não obstante a já assinalada unicidade do poder, é que possa haver — conforme efetivamente há — em determinadas circunstâncias, a eventual prevalência de uma das expressões sobre as demais, num dado momento.

Uma outra conclusão a tirar do conceito de poder nacional é a de que, mais que a soma de recursos materiais, ele é a integração destes com os valores morais e espirituais que cimentam a coesão nacional, formando um todo que dá vigor à nacionalidade.

A ESG, no estudo do poder nacional, nele distingue quatro expressões a saber: a política, a econômica, a psicossocial e a militar, com vistas a facilitar o trabalho de sua avaliação e, de forma consequente, a sua aplicação racional dentro de um processo de planejamento.

Outros Institutos do mesmo nível consideram ainda a expressão técnico-científica, a qual ESG integra nas expressões política e militar.

Parece, salvo melhor juízo, que o crescente e incessante desenvolvimento tecnológico aconselha que seu estudo seja realizado de forma singular, mesmo porque sua influência se faz sentir, nos dias de hoje, em todos os níveis e áreas do poder.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA NAS EXPRESSÕES DO PODER NACIONAL

Introduzindo, a cada instante, modificações não só na sociedade como

também no meio ambiente, a Ciência e Tecnologia (C&T) vem acelerando as mudanças na forma de viver tanto do indivíduo quanto da coletividade. Tais mudanças terminaram por alterar a noção que o homem tem de si e da sociedade, dando origem a novas e maiores oportunidades de realização pessoal e principalmente gerando, em maior ou menor grau, crescente participação de todos na vida nacional.

Na Expressão Política, graças aos meios de comunicação de massa, constata-se uma crescente participação popular na discussão dos problemas locais, nacionais e internacionais. Hoje, embora muitas vezes de forma distorcida, o homem comum tem conhecimento de problemas que transcendem de muito os estreitos interesses paroquiais do passado, discutindo e opinando sobre eles.

Na Expressão Econômica, cada vez maiores contingentes vão se dando conta de que a verdadeira independência de um país, qualquer que seja ele, passa antes pela capacidade de gerar tecnologias que pela própria independência política; cumpre ressaltar, além do mais, ser a C&T que salienta a importância da educação na formação e aperfeiçoamento dos recursos humanos capazes de, a seu turno, darem forma à economia do futuro.

Na Expressão Psicossocial, verifica-se, a par de valorização da pessoa humana, alterações de hábitos, costumes e padrões de comportamento, em particular nos grandes cen-

tos, fruto da já citada expansão dos meios de comunicação de massa, sendo de assinalar a influência da televisão nos dias de hoje.

A Expressão Militar talvez seja aquela na qual se faz sentir o impacto da C&T, haja vista a sua importância na segurança das nações. Satélites com as mais distintas finalidades, radares, computadores, aeronaves, armas "inteligentes", enfim toda uma parafernalia tecnológica altamente sofisticada, obrigam as Forças Armadas a um crescente aprimoramento profissional dos seus quadros, como forma de terem condições de bem utilizar as armas e os equipamentos possíveis à sua disposição.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO BRASIL

Em nosso País, malgrado o generalizado reconhecimento da importância da C&T no desenvolvimento nacional, muito pouca coisa tem sido realizada em prol de conquistas que sejam realmente nossas, voltadas para os nossos problemas e que visem atender às reais e efetivas necessidades nacionais.

Muitas e diversificadas são as razões para isso. Listá-las todas seria não só extremamente fastidioso como correr-se-ia o risco de esquecer alguma. De qualquer sorte, dentro do entendimento que temos do problema, as principais são as seguintes:

• Evolução histórica

A evolução histórica brasileira foi sempre marcada, desde seus primórdios, por um baixíssimo índice de participação popular. Era assim no período colonial, quando a metrópole não se interessava, por razões óbvias, pela adoção de técnicas, métodos e processos que pudessem levar a colônia a fazer-lhe sombra, fosse qual fosse a expressão do poder considerada. As elites viviam sonhos bacharelescos em Portugal e outros países da Europa, enquanto o grosso da população, disperso e desorganizado, vegetava na mais crua ignorância.

Após a Independência e durante o Império, a herança havida do Período Colonial fez valer as práticas deixadas pelo mesmo. A educação, este grande fator de transformação social, arrastou-se de forma tímida ao longo dos tempos, sempre sem objetividade maior.

Só recentemente, ainda assim com altos e baixos, buscou-se dar-lhe a merecida e incontestável importância.

Destarte, ao longo da nossa História, marginalizada uma parcela significativa da população, cabia às nossas elites o papel de buscar objetivos maiores para o País. Tais elites, contudo, motivadas por interesses muitas vezes subalternos e conflitantes, além de originados de distintos extratos sócio-econômicos, não se mostraram, e nem se mostram ainda — esta a dura e cruel verdade — à altura dos seus destinos.

• Dimensão territorial

Já se disse que não existe apenas um Brasil. Existiram, segundo abalizadas opiniões, da ordem de cinco “Brasis”:

— o Sul, englobando São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul;

— o Leste, compreendendo os Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais;

— o Nordeste, com os Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão;

— o Norte, abrangendo o Pará, Amazonas, Amapá, Roraima, Acre e Rondônia;

— o Centro-oeste, abarcando Goiás, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, além do Distrito Federal.

Deve ser considerado que, além das disparidades sócio-econômicas entre os Estados, existem, em grau bem mais acentuado, estas mesmas disparidades entre os “Brasis” acima referidos. Entende-se, salvo melhor juízo, haver um grande erro em legislar para o País como um todo, como se fossem uniformes as diferentes áreas, sem levar em conta as diferenças fisiográficas, de desenvolvimento econômico e, principalmente, educacionais.

• Instituições

Historicamente, nossas instituições têm sido marcadas pelo centralismo, pelo cartorialismo, pelo paternalismo

e pelo autoritarismo. Aqui, mais uma vez, toma-se o todo pelas partes que o constituem, olhando-se a floresta mas não se vendo as árvores que a formam. Se na Região Sul, por exemplo, presume-se que a proibição da caça às espécies em extinção é conhecida por todos e deve ser coibida com vigor conforme preceitua a Constituição, na Região Nordeste a mesma proibição poderá comprometer, nas áreas assoladas pela seca, a sobrevivência de uma família. E, aqui, se pergunta: é justa, embora legal, a prisão inafiançável de um homem que caça para matar a fome de seus filhos?

• Fatores externos

O Brasil, que iniciou a sua vida independente escorado em empréstimos externos, ainda hoje mantém-se preso a eles. Com uma população majoritariamente pobre, vivendo muitas vezes na fronteira da mera subsistência, nosso povo não tem condições de amealhar aquela economia interna capaz de substituir os empréstimos estrangeiros. Por outro lado, sem níveis mínimos de educação, esta mesma gente termina por tornar-se um mercado para tecnologias ultrapassadas, pagando por elas *royalties* elevados.

CONCLUSÃO

Em temas controversos, as soluções poderão ser as mais diversas. Assim, para apresentar uma das possíveis formas de resolver um dado

problema, há necessidade de algumas explicações.

Herdeiros de Portugal, temos o mau vezo do bacharelismo estéril, a propensão de sonharmos com a liberdade sem nós dispormos a lutar por ela.

Somente a partir de tempos mais recentes, de forma lenta e sujeita a inúmeros contratempos, vamos nos convencendo de que, para uma sociedade que pretende modernizar-se, não basta a liberdade política, muitas vezes simples ficção, mas sim que a ela deve somar-se o desenvolvimento o qual, para ser efetivo, deve, no dizer do Papa Paulo VI, "ser integral, quer dizer, promover todos os homens e o homem todo".

Na raiz de toda e qualquer solução que venha a ser adotada, estará sempre a educação, disseminando conhecimentos. E o progresso do conhecimento far-se-á através da pesquisa básica, da aplicação da pesquisa na produção de tecnologia capazes de valorizar os recursos nacionais, a começar pelo homem, o maior e o mais importante de todos eles.

Claro está, não iremos reinventar a roda. Não obstante, podemos e devemos, por exemplo, sem meio-termo, exigir das indústrias que vêm instalar-se em nosso País o acesso às tecnologias de ponta e, sobretudo, que sejam adotadas tecnologias que venhamos a criar, sendo pago por elas o justo valor. No campo da indústria automobilística, por exemplo, não se justifica a adoção de motores há muito deixados de produzir nas matrizes e

que utilizam apenas o petróleo para o seu funcionamento. Por que não exigir a adoção de motores multicom-bustíveis?

Na verdade, apenas a educação permitirá o aumento da participação da sociedade nos negócios nacionais, pela via do progresso cultural e tecnológico. Por seu turno, esta maior participação resultará no aumento da especialização e em novas oportunidades de educação.

É preciso que enviamos nossos me-

lhores alunos para o exterior, mas, tão ou mais importante, é que possamos atrair professores estrangeiros, de reconhecido saber e competência, para difundir seus conhecimentos entre o maior número possível de estudantes.

É necessário que lancemos, no solo brasileiro, as "Raízes do Poder" para que, em um prazo da ordem de dez anos, possamos aspirar, não só à independência política, mas, também, à independência científico-tecnológica.

OSMAR JOSÉ DE BARROS RIBEIRO — Aspirante a Oficial em 15 Fev 55 (Turma Aspirante Mega); Cursos: AMAN; EsIE (G. Química, 1958); EsAO (1964); ECEME (1969); EsNI (Curso 'A', 1974); CAEPE (ESG, 1988). Principais funções: Instrutor do NPOR/3º RI (1957/58); Aux. de Instrutor do Curso Inf/AMAN (1960/61); Cmt 2ª Cia Fzo/I Btl/RESI (S. Domingos, Nov 65/Mai 66); Ch 2ª Sec Bda Pqdt (1970); Instrutor-Chefe do Curso Básico/AMAN (1971/1973).